

# EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

# EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0482-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.828221309>

1. Educação. 2. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de “**Educação enquanto Fenômeno Social: Currículo, Políticas e Práticas**”, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de pós-pandemia.

O período pandêmico, como destacou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada das atividades presencialmente, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade. Não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além de formar os sujeitos para “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves.

Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e formativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

DO LÚDICO NA CONSTITUIÇÃO DA EGOCENTICIDADE HUMANA: EVOLUÇÃO, COGNIÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE

Dilson Cesar Leal Ribeiro

Rosemar Eurico Coenga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213091>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA: IMPLICAÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Deijanete dos Santos

Fernanda Afonso Varelo Araújo

Larisse Leite Albuquerque


Marilene dos Santos da Silva

Marinalva dos Santos Menezes

Radiana Brasil Pereira

Reginalda Francisca de Oliveira


Simony Maria da Silva Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213092>

### **CAPÍTULO 3..... 18**

DOCENTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – ANÁLISE PROSPECTIVA DO PERFIL

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213093>


### **CAPÍTULO 4..... 28**

EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E INTERGERACIONALIDADE: O VIVIDO NA UMA/UFT NA FUNDAÇÃO DO CENTRO INTERGERACIONAL SARAH GOMES

Fernando Afonso Nunes Filho

Neila Barbosa Osório

Miliana Augusta Pereira Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213094>

### **CAPÍTULO 5..... 38**

EDUCAÇÃO INFANTIL E LUDICIDADE

Aldaci Santos Lopes

Ana Paula da Silva Conceição


Brisa Maria Santos Marcelino

Nara Barreto Santos

Welber Lima Santos

Wendy Castro Rosa

Vivianny Guedes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213095>

**CAPÍTULO 6..... 53**

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E ENSINO DE FILOSOFIA: UMA PERSPECTIVA DE PREVENIR E COMBATER O *BULLYING* ESCOLAR

Ellen Lindemann Wother

Oscar Fernando Dias Wother

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213096>

**CAPÍTULO 7..... 71**


ESTILOS DE APRENDIZAJE EN 4 GENERACIONES (2017-2020) DE LOS ESTUDIANTES DE QUÍMICO FARMACÉUTICO BIÓLOGO DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE CAMPECHE

Marvel del Carmen Valencia Gutiérrez

Magnolia del Rosario López Méndez

Román Raúl Cruz Millán

Geovani Araceli Salinas Balderrabano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213097>


**CAPÍTULO 8..... 79**

FACTORES QUE INFLUENCIAM PARA A FRACA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO NA VIDA DA ESCOLA DOS SEUS EDUCANDOS, ESCOLA SECUNDÁRIA DE MUATALA

Felicidade José Viegas Ração

Gaspar Lourenço Tocoloa

Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213098>

**CAPÍTULO 9..... 95**

FUNCIONAMENTO FAMILIAR E AUTOESTIMA EM ESTUDANTES PERUANOS DO ENSINO BÁSICO REGULAR

Edwin Gustavo Estrada Araoz


Jimmy Nelson Paricahua Peralta

Marilu Farfán Latorre

Willian Gerardo Lavilla Condori

Yesenia Veronica Manrique Jaramillo

Libertad Velasquez Giersch


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8282213099>

**CAPÍTULO 10..... 105**

ENSINO REMOTO E FORMAÇÃO PROFESSORAL: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO DE BIOLOGIA

Josean Santos Nascimento


Emerson dos Santos Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130910>

**CAPÍTULO 11..... 116**

**ENSINO REMOTO, E AGORA PROFESSOR, COMO FAZER?**


Andréa Karla Ferreira Nunes  
Cristiane Bacelar Lima da Cunha  
Filipe Antônio Araújo Moura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130911>

**CAPÍTULO 12..... 126**

**INSTRUMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE SEGURANÇA DO PACIENTE: REVISÃO INTEGRATIVA**


Ana Paula Mousinho Tavares  
Isaquiél Andrade Machado  
Daniel de Macêdo Rocha  
Ingrid Moura de Abreu  
Fernando Braga dos Santos  
Priscila Martins Mendes  
Esteffany Vaz Pierot  
Igho Leonardo do Nascimento Carvalho  
Laurianne de Sousa Coelho Silva  
Cyntian Maria Martins Campelo  
Francélia Alves Cavalcante

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130912>

**CAPÍTULO 13..... 139**

**AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA COM CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**


Tatiana Schneider Vieira de Moraes  
Débora Vanessa Camargo  
Elieuzza Aparecida de Lima  
Fabricio Vieira de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130913>

**CAPÍTULO 14..... 153**

**INTERVENCIÓN EN EL AULA PARA PERSONAS CON SORDOCEGUERA ADQUIRIDA**


Rita de Cássia Silveira Cambuzzi  
Maria da Piedade Resende da Costa






 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130914>

**CAPÍTULO 15..... 166**

**INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CURRICULARES**

Adelcio Machado dos Santos  
Rita Marcia Twardowski  
Audete Alves dos Santos Caetano  
Danielle Martins Leffer  
Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130915>

<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>176</b>
LA LECTURA DE IMÁGENES Y SU RELACIÓN CON LA MADUREZ CREATIVA DEL ESTUDIANTADO DE SEGUNDO GRADO EN LA UNIDAD EDUCATIVA DANIEL LÓPEZ DE JIPIJAPA	
María Auxiliadora Ponce Ruiz	
Francisco Samuel Mendoza Moreira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130916">https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130916</a>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>188</b>
LETRAMENTO ACADÊMICO SOB A ÓTICA DE FISCHER E CORRÊA: DESAFIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA GRADUAÇÃO	
Aline Coêlho dos Santos	
Luciana Fidelis de Souza da Costa	
Adriana Fischer	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130917">https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130917</a>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>193</b>
MATERIAL DIDÁTICO ALTERNATIVO PARA O ENSINO BÁSICO	
Giovana Licoviski	
Marcia Regina Paes de Oliveira	
Cristina Lúcia Sant'Ana Costa Ayub	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130918">https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130918</a>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>201</b>
HISTÓRIA DA TEORIA DAS CORES: UMA LEITURA FILOSÓFICA, ARTÍSTICA E FÍSICA	
Romero de Albuquerque Maranhão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130919">https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130919</a>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>216</b>
O CURRÍCULO E SUA CORRELAÇÃO COM A DIDÁTICA NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS	
Thais de Almeida Roela	
Rosa Maria Rodrigues Barros	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130920">https://doi.org/10.22533/at.ed.82822130920</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>224</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>225</b>

# CAPÍTULO 2

## DIREITO À EDUCAÇÃO E CIDADANIA: IMPLICAÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Data de aceite: 01/09/2022

### **Deijanete dos Santos**

Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional-  
FASP/ISEC - Pós-graduanda em Educação  
Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia  
Institucional e Clínica - FAVENI - Graduanda  
em Licenciatura em Letras Português/Inglês-  
FAVENI

### **Fernanda Afonso Varelo Araújo**

Pós-graduada em Políticas Sociais e Gestão  
do SUAS FACESA- Faculdade do Complexo  
Educativo Santo André – ASSÚ – RN

### **Larisse Leite Albuquerque**

Mestranda em Ciência Jurídica pela UENP -  
Universidade Estadual do Norte do Paraná.  
Professora de preparatório para concursos  
públicos e OAB. Advogada

### **Marilene dos Santos da Silva**

Pós- graduada em Português e Literatura pela  
FASP/ISEC. Pós- graduada em Coordenação e  
Gestão Escolar pela FAVENI

### **Marinalva dos Santos Menezes**

Professora. Pós - Graduação Lato Sensu em  
Psicopedagogia Clínica e institucional com  
Ênfase em Gestão Escolar pela Faculdade  
Kurios - FAK

### **Radiana Brasil Pereira**

Assistente Social -Especialista em Direito  
de Família -Pós graduada em Assistência  
Social e Saúde Pública - Pós graduanda em  
saúde Mental pela URCA - Pós graduanda em  
docência do ensino superior pelo IFCE

### **Reginalda Francisca de Oliveira**

Pós Graduação Gestão de Projetos Sociais e  
Políticas Públicas

### **Simony Maria da Silva Costa**

Pós Graduação em Política Pública pela  
Faculdade FARESE. Pós Graduação em  
Gestão do SUAS Sistema Único de Assistência  
Social pela Faculdade IBRA

**RESUMO:** O direito à educação e a cidadania no Brasil faz parte dos direitos fundamentais positivados na Constituição Federal de 1988, o que quer dizer que do Estado é exigido uma prestação positiva para que realmente sejam efetivados, eles fazem parte da segunda dimensão dos direitos e por isso exigem essa prestação, esse agir. Sendo assim, o Estado cria políticas públicas para alcançar o maior número de pessoas com acesso à educação, bem como para aumentar a qualidade desse ensino, buscando a capacitação dos docentes, principalmente através de financiamentos. Com a pandemia do COVID-19, a educação tomou novos rumos, o ensino remoto veio para ficar e tanto os profissionais como os alunos tiveram que se moldar rapidamente a esse meio. A proposta desse trabalho é analisar o direito à educação e a cidadania no Brasil em uma perspectiva histórica e jurídica para debater sobre as implicações das tecnologias para as políticas educacionais brasileiras. Para a construção desse trabalho, serão utilizadas fontes bibliográficas na área de Direito constitucional, de educação e políticas públicas, além de artigos científicos e notícias

pertinentes ao tema. Será aplicado o método dedutivo, que terá cunho qualitativo, tendo em vista a finalidade de proporcionar ao leitor a compreensão do fenômeno estudado. Do mesmo modo, se fará uma análise sócio-histórica quanto à pesquisa bibliográfica e histórico-comparativa e crítica quanto à pesquisa documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Pandemia; Políticas Públicas.

## RIGHT TO EDUCATION AND CITIZENSHIP: IMPLICATIONS OF TECHNOLOGIES FOR BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICIES

**ABSTRACT:** The right to education and citizenship in Brazil is part of the fundamental rights enshrined in the Federal Constitution of 1988, which means that the State is required to provide a positive provision for them to actually be effective, they are part of the second dimension of rights and therefore demand this performance, this action. Therefore, the State creates public policies to reach the largest number of people with access to education, as well as to increase the quality of this education, seeking to train teachers, mainly through funding. With the COVID-19 pandemic, education took new directions, remote teaching is here to stay and both professionals and students had to quickly adapt to this environment. The purpose of this work is to analyze the right to education and citizenship in Brazil in a historical and legal perspective to discuss the implications of technologies for Brazilian educational policies. For the construction of this work, bibliographic sources will be used in the area of constitutional law, education and public policies, as well as scientific articles and news relevant to the topic. The deductive method will be applied, which will have a qualitative nature, with a view to providing the reader with an understanding of the phenomenon studied. In the same way, a socio-historical analysis will be made regarding the bibliographic and historical-comparative and critical research regarding the documentary research.

**KEYWORDS:** Education; Pandemic; Public policy.

## 1 | INTRODUÇÃO

Para se falar em direito à educação e cidadania, é importante entender sobre a evolução do constitucionalismo ao longo dos anos para chegar a estes direitos fundamentais. A ideia de limitação do poder do Estado já vem de muito tempo, isto por causa das graves violações de direitos pela arbitrariedade do Estado, é o caso por exemplo, da segunda guerra mundial. O documento jurídico Constituição nos mais diversos países vai surgindo então como um instrumento de proteção, acaba então tal documento servindo de ponte de um Estado autoritário para um Estado Democrático de Direito.

O constitucionalismo foi evoluindo aos poucos, com a criação de documentos jurídicos que não tinha uma grande eficácia, mas que mesmo apenas no papel já reconheciam alguns direitos e liberdades. A Constituição de Weimar de 1919, que incluiu, entre outros, os direitos da pessoa individual e da educação no ordenamento jurídico da Alemanha, exerceu grande influência no constitucionalismo depois da primeira guerra mundial. Porém muitas dessas garantias eram apenas formais, pois mesmo reconhecidas algumas liberdades, não

havia condições materiais para exercê-las. Desse modo, pretendia o movimento uma nova concepção de sociedade e de Estado, vez que a mera positivação de direitos fundamentais não era suficiente.

A Constituição brasileira de 1988 instituiu no ordenamento o Estado Democrático de Direito e Social e que é fruto desse pensamento pós-positivista e na sua estrutura traz os direitos e deveres individuais e coletivos, como também os direitos sociais, entre os quais está o direito à educação, que é uma cláusula pétrea, ou seja, tais direitos não podem ser diminuídos ou abolidos. Todos eles são considerados fundamentais, entendidos assim aqueles inerentes à pessoa humana, reconhecidos e positivados na Constituição de um determinado Estado.

Desse modo, cabe destacar que a proposta desse trabalho é analisar o direito à educação e a cidadania no Brasil em uma perspectiva histórica e jurídica para debater sobre as implicações das tecnologias para as políticas educacionais brasileiras. Para a construção desse trabalho, serão utilizadas fontes bibliográficas na área de Direito constitucional, de educação e políticas públicas, além de artigos científicos e notícias pertinentes ao tema. Será aplicado o método dedutivo, que terá cunho qualitativo, tendo em vista a finalidade de proporcionar ao leitor a compreensão do fenômeno estudado. Do mesmo modo, se fará uma análise sócio-histórica quanto à pesquisa bibliográfica e histórico-comparativa e crítica quanto à pesquisa documental.

## **2 | DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Conceito de educação e cidadania**

Os direitos de educação e cidadania são considerados de segunda dimensão, são assim considerados os direitos sociais, culturais e econômicos e os direitos coletivos, isso porque exige uma prestação positiva do Estado, um agir. O direito à educação está amparado no art. 6º da CF/88 e é justamente o desdobramento da perspectiva de um Estado Social do Direito (LENZA, 2012). Segundo a CF, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida incentivada com a colaboração da sociedade (LENZA, 2012).

O direito à cidadania por sua vez, faz parte dos direitos políticos, estes são considerados instrumentos em que a Constituição se fixa para se garantir o exercício da soberania popular, ou seja, para que os cidadãos possam influenciar nas decisões políticas. O conceito de cidadania não é estático, ele vai mudando ao longo das transformações sociais, não é considerado cidadão apenas aquele que vota, veja o entendimento de Paulo Bonavides sobre o tema:

“O conceito contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação,

saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático”. (BONAVIDES, 2009, p. 7).

Veja então que a cidadania está diretamente ligada ao exercício dos direitos sociais, como o da educação, ele não é mais apenas o direito de votar e ser votado. Se o direito à educação e a uma saúde digna de determinada pessoa está sendo violada, ela não está exercendo sua cidadania, inclusive o cidadão ele tem direito a participar das políticas públicas que o Estado institui. E o que é ser cidadão? é quando a pessoa está apta a exercer todos os direitos civis e políticos que lhes são assegurados.

Há que se falar também na ligação entre a cidadania e os direitos humanos, estes últimos são aqueles direitos internacionalizados, estão protegidos num âmbito internacional, quando a cidadania passa a ser protegida também nesse âmbito, ela é chamada de direito humano fundamental. Inclusive um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a cidadania, conforme seu art. 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito federal, constituiu-se em estado democrático de Direito e tem como fundamentos: II- A cidadania.”

Uma das nuances do direito à cidadania é o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, são modos justamente de participar da política como um todo:

Distingue-se o plebiscito do referendo pelo momento da consulta realizada junto ao cidadão, sobre determinado ato ou decisão governamental. Se prévia temos o plebiscito, se posterior o referendo. Já a iniciativa popular vem regulamentada no art. 61 § 2º da CR/88 e pode ser exercida acaso se obtenha a subscrição de no mínimo 1% do eleitorado nacional, distribuído em pelo menos cinco Estados da federação e com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. O projeto de iniciativa popular terá início na Câmara dos Deputados que, no caso, funcionará como casa iniciadora. (MELO, 2013, s/p.)

Porém há casos em que esses direitos políticos poderão ser suspensos, no caso por exemplo em que uma pessoa é condenada a uma pena privativa de liberdade, em que não poderá votar. A cidadania então é a consciência do papel de determinada pessoa para a reivindicação da democracia como um todo, da participação popular. E um dos direitos inerentes à cidadania é justamente o direito à educação.

## **2.2 Prática das políticas públicas na educação**

O marco principal das políticas públicas, como se pode perceber, foi a Constituição brasileira de 1988, pois tornou dever do Estado, por exemplo, a educação infantil para criança de zero a seis anos. A política pública pode ser entendida como um conjunto de ações esforço tanto da sociedade como do Estado, como das instituições em geral para garantir de forma corriqueira determinados direitos, por exemplo, a educação. Veja o



conceito:

Políticas públicas são ações sociais coletivas que têm por objetivo a garantia de direitos perante a sociedade, envolvendo compromissos e tomadas de decisões para determinadas finalidades. É importante saber como são definidas algumas atividades que requerem uma avaliação nas etapas de planejamento das políticas e instruções governamentais, que geram informações que possibilitam novas escolhas na análise para possíveis necessidades de reorientações de ações para se alcançar os objetivos traçados. (MICHEL, s/a, s/p).

### 2.3 Política pública no ensino fundamental e médio

O ensino fundamental e médio fazem parte da educação básica, que deve ser assegurada pelo Estado, em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 e o objetivo dela é disciplinar a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias, segundo seu art. 1º, §1º. Veja que a própria lei traz que a educação não é só o ambiente escolar, abrange também os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, de acordo com o art. 1º do referido diploma.

Essa lei possibilitou reformas que foram se desenvolvendo aos poucos, a partir de 2001, com a Lei 10.172, foi instituída a duração de nove anos do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade. Na década de 90, vigorava a chamada teoria das competências que tinha como premissa o domínio do conhecimento e as competências necessárias ao exercício do trabalho.

Ressalte-se ainda que a partir de 2009, a matrícula na escola se tornou obrigatória a partir dos quatro anos de idade, tal medida tinha como objetivo assegurar que o aluno ingressasse mais cedo nas unidades de ensino e tivesse um tempo mais longo para a aprendizagem da alfabetização, além de poder terminar o fundamental mais cedo.

Pode-se citar como exemplo o programa mais educação do MEC, que é uma estratégia para melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental de modo a ampliar a jornada escolar de crianças e adolescentes. Ele é implementado de forma a desenvolver atividades não baseadas apenas naquele conhecimento metódico, mas ampliando atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, o que melhora decisivamente o desempenho escolar, complementando assim a carga horária desses alunos.

Esse programa então tem como finalidade contribuir para a:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e

desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.

IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.” (EDUCAÇÃO INTEGRAL, s/a).

Outra política pública que se pode citar é o Brasil escolarizado, que tem como objetivo garantir, com melhoria de qualidade, o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, que se apoia, entre outros na difusão de metodologias inovadoras de professores do ensino médio. Há ainda o programa escola básica ideal, seu principal objetivo é oferecer um atendimento de qualidade na educação básica, mas de que forma? ampliando a jornada escolar, por exemplo, com transporte escolar no ensino médio e concessão de bolsa de estudos.

Há ainda o Programa Gestão da Política de educação que coordena o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação. Uma das tarefas desse programa é a capacitação de servidores públicos federais para qualificá-los e requalificá-los. Nesse sentido, a capacitação é primordial, pois para que chegue um conteúdo de qualidade aos discentes, além de uma estrutura adequada, um olhar de um professor extremamente qualificado, que sabe passar o conteúdo e ao mesmo tempo sabe formar um cidadão é imprescindível para a efetivação da educação. Nesse sentido, como bem cita o programa, deve haver um fortalecimento da política nacional para formação de professor do ensino fundamental.

Cite-se também o Programa de Democratização da gestão nos sistemas de ensino, seu escopo é assegurando a implantação de forma contínua e eficaz das políticas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino com a adoção de novos mecanismos de participação e controle social. Esse mecanismo de participação e controle social é extremamente relevante pois é um viés da cidadania, que pleiteia justamente esse direito de participar da vida política, ao mesmo tempo que dá poder à sociedade de decidir sobre os rumos da educação, se moldando assim a um Estado que realmente é democrático.

Há ainda o Programa de valorização e formação de professores e trabalhadores da educação, seu escopo é oferecer oportunidades de capacidade e formação continuada aos professores, como por exemplo, a concessão de bolsa de incentivo à formação inicial e continuada de professores da educação infantil e fundamental, bem como a Fomentação à pesquisa e desenvolvimento da educação infantil.

Uma das políticas públicas importantes é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), ele funciona como uma redistribuição de recursos destinados à educação básica, esse dinheiro é utilizado na valorização dos professores, tem como objetivo reduzir as desigualdades de recursos de uma rede de ensino para outra, esse recurso é distribuído de acordo com o

número de estudantes que estão matriculados em sua rede de Educação Básica.

Outra política Pública é o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), em sua origem tal programa tem o escopo de promover ao mesmo tempo a expansão e a reestruturação de universidades federais. Ele foi instituído pelo Decreto 6.096/2007. Há críticas a tal política pública na medida em que:

A priorização do ensino no programa promoveu ruptura com as outras duas finalidades – a pesquisa e a extensão – o que implicaria diminuição da qualidade do trabalho acadêmico e da pesquisa científica nas universidades federais. A outra meta, que era a de aprovação de 90% de estudantes, segundo o Andes-SN, só seria alcançada com aprovação em massa, o que implicaria em perda de qualidade do ensino. O Reuni, ao se restringir a um aumento quantitativo da graduação com a ampliação do acesso e permanência na educação superior e, na ânsia de perseguir o aumento das taxas de diplomação, pode ter colocado em risco a qualidade e excelência do ensino superior público. (CAMPOS, CARVALHO, s/a).

Falando agora em IFET (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia) tem como pressuposto intervir para promover uma educação tecnológica e profissional, alia a formação acadêmica e uma preparação para o trabalho. A função dos IFETs é essencial na educação brasileira, pois ajuda a elevar a qualificação dos trabalhadores.

## 2.4 Influência da tecnologia na educação brasileira pós pandemia

A tecnologia já estava presente na educação brasileira de uma forma cotidiana, porém não se comparava a forma que chegou em março de 2020. Com a chegada do COVID-19 ao Brasil e a decretação do estado de calamidade pública, os profissionais da educação tiveram que mudar imediatamente a forma como exerciam a sua função.

Os professores que ainda tinham pouco contato com a tecnologia tiveram que se acostumar às aulas remotas, tiveram que procurar meios de prender a atenção dos discentes, tiveram principalmente que aprender a utilizar as ferramentas tecnológicas quase que instantaneamente, tiveram que enfrentar também problemas com conexão.

De outro lado, alunos acostumados a terem aulas presenciais tiveram que mudar sua rotina, tiveram que se adaptar às aulas remotas, que exigem muito mais disciplina e concentração, na medida em que o aluno por estar em casa, não mantém o mesmo foco. Antes, porém de iniciar as aulas remotas, houve também a paralisação das aulas, via-se a necessidade de promover o aprendizado de uma maneira diferente, gerando insegurança. Além de todos esses problemas, muitos sofreram com a realidade local, principalmente no que diz respeito à educação pública:

Segundo dados divulgados pela *Teacher Task Force*, uma aliança internacional coordenada pela UNESCO, mais de 800 milhões de estudantes que estão com aulas suspensas não contam com um computador em casa, enquanto 43% do total de alunos não têm acesso à internet. Por isso, entender a multiplicidade de formatos sob os quais os conteúdos podem ser oferecidos é uma forma de considerar as diferentes realidades socioeconômicas dos alunos no Brasil.

(GIFE, 2020, s/a).

Levando em conta todas essas nuances, vê-se que as políticas públicas de educação devem se adequar a essa realidade que veio para ficar, o Brasil deve elaborar estratégias de atividade remota, para isso, os gestores da rede de educação devem estar a par da realidade e da importância de pensar novas formas de dar acesso aos alunos de educação à distância.

Muitos Municípios, por exemplo, não tinham nenhuma estratégia de ensino remoto e resolveram dar férias antecipadas, o que revela a desigualdade também com o ensino particular. Nesse momento, deve-se ter em mente tanto o estresse dos docentes e por consequência, o apoio a estes, dando-lhes ferramentas para que possam escolher qual estratégia irá aplicar para o ensino remoto. As políticas públicas devem incorporar a tecnologia no dia-a-dia das escolas o mais rápido possível.

### 3 | CONCLUSÃO

Para garantir o processo de ensino-aprendizagem, a educação brasileira deverá ser organizada nos próximos anos pensando no ensino remoto, todos os segmentos da educação devem ser analisados como a nova formação do professor, o uso da tecnologia a estrutura que a envolve. A lei das diretrizes básicas da educação deve ser transformada para que se atenda às demandas da pandemia, por exemplo, como fazer em uma casa com apenas um computador, que três filhos assistam à aula remotamente? mais do que nunca esse campo virtual e remoto deve ser valorizado, é a chamada cidadania digital, possuindo o Estado direitos e deveres, como também o indivíduo.

Para isso, a capacitação dos profissionais da educação é essencial, mais do que nunca o Estado deve intervir para assegurar o amplo acesso à educação e a cidadania. Se antes já era difícil obter a igualdade no ensino entre as redes privadas e públicas, agora se intensificou ainda mais as desigualdades, as classes mais baixas muitas vezes não tem os equipamentos eletrônicos necessários para poderem assistirem às aulas, por isso mesmo que urge que a Política Pública regulamente essa situação o mais rápido para garantir a não deficiência do estudo na rede pública.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Larisse Leite. **Liberdade de imprensa x direito de imagem: uma análise sobre o conflito de direitos fundamentais**. 2015.

ÂMBITO JURÍDICO. **Evolução histórica do conceito de cidadania e a declaração universal dos direitos do homem**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem/>. Acesso em: 23 ago 2020.

BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. p. 7. Texto de José Luis Quadros de Magalhães.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 ago. 2020.

CAMPOS, Ivete Maria Barbosa Madeira; CARVALHO, Cristina Helena Almeida Carvalho. **Análise do reuni como política pública de financiamento da expansão da educação superior**. Disponível em: [https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/33-ICampos\\_CCarvalho\\_A-expansao-no-ensino-superior.pdf](https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/33-ICampos_CCarvalho_A-expansao-no-ensino-superior.pdf). Acesso em: 22 ago 2020.

FERNANDES, Francisco das Chagas. **O Fundeb como política pública dde financiamento da educação básica**. Disponível em: <file:///D:/Usuario/Downloads/99-613-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2020.

GIFE. **Planejamento, conectividade e tecnologia: quais são os principais desafios da educação em tempos de pandemia**. Acesso em: <https://gife.org.br/planejamento-conectividade-e-tecnologia-quais-sao-os-principais-desafios-da-educacao-em-tempos-de-pandemia/>. Disponível em: 22 ago. 2020.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MELO, Gétúlio Costa. **Evolução histórica do conceito de cidadania e a declaração universal dos direitos do homem**. Disponível em: [https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem/#\\_ftn1](https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem/#_ftn1). Acesso em: 23 ago. 2020.

MICHEL, Fernanda Vach. **Prática das políticas públicas**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/pratica-das-politicas-publicas.htm>. Acesso em: 23 ago 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Mais Novo Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: 21 ago. 2020.

**PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO**. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/mais-educacao>. Acesso em: 23 ago 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adaptabilidade 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103

Aprendizagem ao longo da vida 28, 31

Aprendizaje 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 104, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 177, 178, 181, 182, 184, 186

Arte 3, 32, 52, 152, 201, 202, 207, 210, 213, 215, 220

Atendimento educacional especializado 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124

Autoestima 30, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Avaliação educacional 127, 130

### B

Biologia 6, 105, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 193, 194, 195, 199, 200

Bullying escolar 53, 54, 55, 56, 57, 59, 64, 65, 70

### C

Cidadania 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 22, 53, 54, 58, 59, 63, 64, 65, 83, 84, 106, 109, 110, 220

Coesão 31, 84, 89, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 103

Cognição 1, 3, 4, 5, 6

Conhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 56, 62, 83, 89, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 120, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 166, 168, 170, 174, 188, 189, 191, 192, 196, 199, 202, 203, 218, 219, 220, 222

Creatividade 176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 187

Cultura 3, 6, 7, 13, 36, 37, 39, 41, 42, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 68, 69, 109, 114, 115, 119, 120, 128, 134, 135, 138, 139, 142, 143, 150, 151, 167, 201, 219, 220, 224

Currículo 42, 48, 50, 61, 120, 128, 143, 157, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 186, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223

### D

Didática 61, 68, 216, 218, 219, 220, 221, 222

Direitos humanos 12, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Docência 9, 18, 19, 22, 25, 69, 105, 139, 188, 216, 218, 219, 220, 221, 224

### E

Educação 2, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30,

31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 130, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 188, 190, 191, 193, 194, 195, 200, 201, 217, 219, 220, 221, 224

Educação básica 13, 14, 15, 17, 44, 46, 47, 48, 60, 94, 95, 97, 107, 109, 120, 124, 140, 142, 151, 164, 166, 168, 188, 190, 224

Educação infantil 2, 12, 14, 28, 32, 33, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 58, 66, 117, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 150, 151, 152

Educación básica elemental 176, 177

Egocentricidade 1, 5, 6, 8

Encarregados 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Ensino 1, 2, 3, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 32, 33, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 80, 84, 89, 91, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 133, 134, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 151, 152, 153, 164, 167, 169, 173, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 224

Ensino básico 95, 153, 193, 194, 195, 196, 199

Ensino de Filosofia 53, 54, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69

Ensino remoto 9, 16, 105, 108, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125

Envelhecimento humano 28

Escola 13, 14, 26, 28, 33, 34, 37, 42, 44, 46, 47, 48, 56, 59, 61, 63, 64, 68, 70, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 109, 111, 115, 116, 117, 122, 124, 126, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 193, 199, 202, 216, 217, 218, 219

Escolarização 44, 47, 48, 173, 174, 216, 220

Escrita acadêmica 188, 189, 190, 191

Estágio supervisionado 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115

Estilos 31, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 104

Estudantes de Enfermagem 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136

Estudantes 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 103, 104, 177, 178, 180, 184, 185, 186, 187

## **F**

Funcionamento familiar 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

## **G**

Gerações 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

## H

Honey Alonso 71

## I

Interdisciplinar 20, 61, 201

Intergeracionalidade 28, 31, 35

Intersubjetividade 1

Intervención en classe 153

Investigação científica 139, 142, 143, 151, 152

## L

Lectura de imágenes 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186

Letramento acadêmico 188, 189, 190, 191, 192

Livro de histologia 193, 194, 196, 197, 198

Ludicidade 3, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 224

Lúdico 1, 2, 3, 4, 5, 7, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 196, 199

Luz 1, 48, 155, 162, 201, 204, 205, 207, 208, 212, 214, 215

## M

Madurez escolar 176

Material didático 193, 199

## O

Óptica 201, 205, 208

## P

Pais 48, 58, 59, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 99, 101, 102, 103, 144, 145, 164

Pandemia 9, 10, 15, 16, 17, 34, 49, 55, 104, 108, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 177, 193

Participação 12, 14, 22, 30, 32, 34, 41, 48, 51, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 108, 110, 111, 113, 120, 142, 145, 146

Percepção 4, 5, 20, 32, 80, 81, 88, 89, 102, 108, 116, 118, 121, 123, 133, 134, 191, 201, 202, 215

Políticas educacionais 9, 11, 14, 167

Políticas públicas 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 84, 114, 123, 124, 216

Práticas de letramento 188, 190, 191



## **R**

Relações internacionais 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26

Representações gráficas 139, 150, 152

## **S**

Segurança do paciente 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Síndrome de Usher 153, 154, 155, 157, 158, 160, 163, 164

Sordoceguera adquirida 153, 154, 156, 157, 158, 163

## **T**


Tecnologias digitais 105, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 216, 221


# EDUCAÇÃO


ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 2



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 